

NOVO JORNAL DE NOTÍCIAS

Montes Claros-MG, 9 de Setembro de 2026, quarta-feira



INTERMOINHOS NORDESTE S/A
- INTERPASTIL
CNPJ 22.689.046/0001-00

RELATÓRIO DA DIRETORIA
Senhores Acionistas, em atendimento às disposições legais estatutárias, apresentamos para apreciação e exame da Assembleia Geral, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração de Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A DIRETORIA.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12	19
Impostos a recuperar	-	-	27
Outros ativos	-	13	-
Não circulante			
Mútuos com partes relacionadas	5	650	590
Receíveis - Ação de desapropriação	6	2.709	2.418
		3.359	3.008
Imobilizado	7	148	148
		3.507	3.156
Total do ativo não circulante		3.532	3.202

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional - A Intermoinhos Nordeste S.A. - Interpasta é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Pedro Chaves dos Santos, S/N, Distrito Industrial, na cidade de Montes Claros (MG), tendo como atividades principais a produção e comercialização de massas alimentícias. A Companhia atua na aquisição e revenda de trigo em grãos. A Companhia é controlada pela Domingos Costa Indústria Alimentícia S.A. Ao final do mês de junho do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em decorrência de decisões estratégicas e mercadológicas, a Administração da Companhia optou pela paralisação temporária de suas atividades operacionais, mantendo os setores de segurança e conservação predial, visando à adequada proteção dos ativos da Companhia. A controladora da Companhia está avaliando alternativas operacionais para a Companhia com base em certas estratégias de negócio atualmente em avaliação pela diretoria. Não há intenção da Administração encerrar a Companhia e faz parte das estratégias futuras em um momento oportuno voltar com as atividades operacionais. As necessidades eventuais de caixa serão suportadas pela controladora da Companhia. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de que a Companhia será capaz de continuar em operação em futuro previsível, realizando ativos e cumprindo com seus passivos.

2 Base de preparação - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração da Companhia em 26 de junho de 2026. **2.1 Moeda funcional** - A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

3 Sumário das políticas contábeis materiais - 3.1 Caixa e equivalentes de Caixa - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, contas correntes bancárias e investimentos financeiros conforme descrito no CPC 03. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa, são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa. **3.2 Imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - Bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução no valor recuperável (impairment) quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor residual contábil do imobilizado, o que é reconhecido líquido dentro de outros resultados ou despesas no resultado.

Custos subsequentes - O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação** - A depreciação é calculada pelo método linear em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, a saber:

	2025	2024
Depreciação de imóveis	2.709	2.418
Domingos Costa Indústria Alimentícia S.A. (a)	650	590

(a) Os saldos com partes relacionadas referem-se a recebíveis da controladora decorrente da compensação por despesas pagas em favor. Estes saldos incorrem em juros de 1% a.a. e não há prazo de pagamento definido. O pagamento será realizado mediante acordo entre as partes e deverá ocorrer em prazo superior a 12 meses. Não há risco formal de recuperabilidade relativo aos recebíveis com sua controladora, razão pela qual não foram reconhecidas provisões para perdas operadas em relação a este saldo.

6 Receíveis - Ação de desapropriação - Os saldos da Rubrica "Receíveis - Ações de desapropriação" estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2025	2024
Desapropriação de imóveis	2.709	2.418

A Companhia registrou em 2016 crédito de natureza judicial relacionado ao processo nº 5013607-51.2022.8.13.0433, decorrente de ação de desapropriação movida pelo Município de Montes Claros/MG. O Referido processo teve decisão favorável à Companhia, com trânsito em julgado, tendo sido reconhecido o direito ao recebimento de indenização cujo valor vem sendo apurado em fase de cumprimento de sentença. Entretanto, no atual estágio aguarda-se conclusão de perícia e avaliação da capacidade de pagamento da contraparte desta ação. Tal avaliação encontra-se em andamento. A movimentação ocorrida no exercício está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.418
Atualização monetária		291
Saldo em 31 de dezembro de 2025		2.709

7 Imobilizado

	2023	Adições	Baixas	2024	Adições	Baixas	2025
Terranos	148	-	-	148	-	-	148
Edificações	2.018	-	-	2.018	-	-	2.018
Custo do ativo imobilizado	2.166	-	-	2.166	-	-	2.166
Edificações	(989)	(1.029)	-	(2.018)	-	-	(2.018)
(-) Depreciações acumuladas	(989)	(1.029)	-	(2.018)	-	-	(2.018)
Total	1.177	(1.029)	-	148	-	-	148

8 Outras contas a pagar - Os saldos estão demonstrados nas datas dos balanços:

	2025	2024
PIS / COFINS a pagar (provisão)	84	70
	84	70

Os valores reconhecidos nessa rubrica, referem-se à provisão de PIS e COFINS sobre a atualização monetária dos valores a receber divulgados na Nota Explicativa nº 6.

9 Patrimônio líquido - 9.1 Capital Social - O capital autorizado é composto de 13.499 mil ações ordinárias, 2.900 mil ações preferenciais classe "A", 223 mil ações preferenciais classe "B", 35.171 mil ações preferenciais classe "C", e 207 mil ações preferenciais classe "D", sem valor nominal. O capital subscrito e integralizado é composto de 13.137 mil ações ordinárias, 3.799 mil ações preferenciais classe "A", 215 mil ações preferenciais classe "B", 34.230 mil ações preferenciais classe "C" e 291 mil ações preferenciais classe "D", sem valor nominal. As ações preferenciais não dão direito a votos, as de classe "A", "B", "C" e "D", são asseguradas um dividendo mínimo obrigatório de 6% ao ano e prioridade no reembolso do capital. As de classe "C" são asseguradas dividendos mínimos de 6%, prioridade no reembolso do capital e participação integral no resultado da Companhia, de modo que nenhum outro tipo de classe de ações poderá atribuir a seus detentores vantagens patrimoniais superiores. As ações ordinárias têm direito a votos e lhes são garantidos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

10 Despesas gerais e administrativas - A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2025	2024
Serviços	(10)	(8)
Taxas municipais e estaduais	(11)	(8)
Seguros	(15)	(22)
Depreciação	-	(1.029)
	(36)	(1.067)

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Despesas administrativas e gerais	10	(36)	(1.067)
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		(36)	(1.067)
Receitas financeiras	11	339	281
Despesas financeiras	11	-	(1)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		18	5
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		321	(782)
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	17	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		314	(782)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	314	(782)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	314	(782)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

11 Receitas (despesas) financeiras líquidas - Os saldos estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2025	2024
Receitas financeiras		
Receita com atualização monetária	291	259
Outras	48	22
Despesas financeiras	339	281
Variações monetárias passivas	-	(1)
Resultado financeiro líquido	339	280

12 Créditos fiscais - Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui créditos fiscais a compensar no montante de R\$ 12.037 mil (R\$ 10.013 em 31 de dezembro de 2024) relativos a prejuízos fiscais (RPF) e R\$ 13.232 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 12.335 em 31 de dezembro de 2024) relativos a bases negativas de contribuição social (CSLL). Embora tais créditos não sejam sujeitos a prazo prescricional, a Administração, com base no histórico recente de geração de resultados tributários e nas projeções de lucro futuro, concluiu pela incidência de evidência suficientemente convincente de realização desses ativos fiscais no horizonte previsível. Dessa forma, não foram reconhecidos ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis na data base.

13 Provisão para riscos - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui causas passivas classificadas como prováveis de perda provável ou possível.

14 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais e a Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratuais versus as vigentes no mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares. *Classificação dos instrumentos financeiros* - A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade.

	Notas	Classificação	2025	2024
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4	Custo Amortizado	12	19
Mútuos concedidos às partes relacionadas	5	Custo Amortizado	650	590
Total			662	609

Patrícia Macedo Costa
Diretora Presidente
André Luiz Costa
Controlador CRC/MG 43.332/0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas
Intermoinhos Nordeste S.A.

Montes Claros - MG

Opinião adversa - Examinamos as demonstrações financeiras da Intermoinhos Nordeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, devido à importância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião adversa", as demonstrações financeiras acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Intermoinhos Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião adversa - Conforme nota explicativa 6 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém registrado na rubrica de Recebíveis - Ação de desapropriação o montante de R\$ 2.709 mil em 31 de dezembro de 2025, referente a crédito de natureza judicial para desapropriação de imóveis, cujo trânsito em julgado ocorreu mas o valor e prazo para pagamento pela contraparte ainda não foram definidos pela poder judiciário. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, a Administração não forneceu análises que suportassem o montante e o prazo de realização estimados para este saldo, bem como a avaliação acerca da necessidade de provisão para perda esperada deste saldo, o que representa um desvio em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Se a Companhia tivesse realizado a referida análise, muitos elementos nas demonstrações financeiras acima referidas teriam sido afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos desse assunto nas demonstrações financeiras. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13.418	(9.504)	3.914
Prejuízo líquido do exercício	-	(782)	(782)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	13.418	(10.286)	3.132
Lucro líquido do exercício	-	314	314
Saldos em 31 de dezembro de 2025	13.418	(9.972)	3.446

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		314	(782)
Ajustes para recomparar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social		7	-
Provisão constituída		-	1.029
Depreciações e amortizações		6	(291)
Atualização monetária		5	(56)
Provisão de juros		-	(12)
Redução(aumento) nos ativos operacionais		(250)	-
Receíveis - Ação de desapropriação		27	-
Impostos a recuperar		(13)	-
Outros Ativos		14	(250)

Aumento(redução) nos passivos operacionais

Obrigações tributárias	2	23
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7)	-
Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades operacionais	(3)	20

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Empréstimos concedidos à partes relacionadas	5	(4)
Caixa líquido utilizado/proveniente nas ativ. de financiamentos	(4)	(16)

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19	15
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12	19
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(7)	4

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.

Outros assuntos - Votos Correspondentes - As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações financeiras em 30 de abril de 2025.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

- Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará os eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar divida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte,

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CNPJ 08-014428-0-6-F-MG
Mateus Cunha Figueiredo
Controlador CRC-MG-105612-0/0



Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,
que institui a Infraestrutura de chaves
Públicas Brasileira - ICP-Brasil
A autenticidade deste documento pode ser
conferida através do QR CODE ao lado ou pelo link
<https://novojournaldenoticias.com/arquivos-empresariais/>



GRAFIMOC ARTES GRÁFICAS LTDA – CNPJ 31.140.322/0001-60
Rua José Francisco Silva, 185, Regina Perez, Montes Claros, MG-CEP 39-402-001
Telefone: (38) 0800088 1090 | (38) 9.9937-9700
E-mail: gestao@novojournaldenoticias.com